

ATA N.º24 /2025
REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 24/09/2025

PRESEÇAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE, PRESIDENTE DA CÂMARA
VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES
MARIA GERTRUDES SALSINHA DAS NEVES GARCIA
RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL, em substituição do Vereador Miguel Bentinho
ANTÓNIO COSTA DA SILVA

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 17:15 HORAS

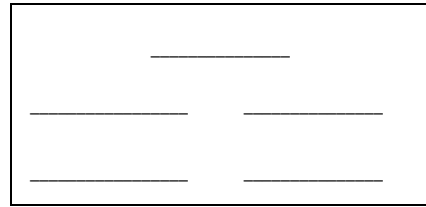
FALTAS JUSTIFICADAS:

MIGUEL JOSÉ FONSECA BENTINHO

FALTAS INJUSTIFICADAS:

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 18/09/2025

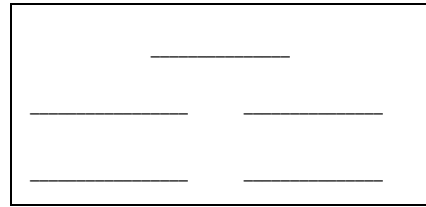
CAIXA	10.599,41€
FUNDOS DE MANEIO	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUISA MARQUES MIRA FERREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 2 – MARIA MANUEL NARCISO GRILO ROBERTO	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 –FÁBIO JOSÉ BRNCO PEREIRA	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14 €
C.G.D. - CONTA N.º 0035/00004293431	2.561,06€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	600,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	189.628,42 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	34.749,79€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950.....	3.612,00€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.026,61€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007302650.....	36.559,40€€
G.G.D. – CONTA N.º 0035/00011923950	674,24€
C.G.D. CONTA Nº 0035/00207142150	1.205,20€
B.T.A.–CONTA N.º 0018/10814784001	158.764,44€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	386.279,93€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.044,19 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	7.758,26€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	2.333.455,05€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	2.198.728,13 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAI	134.726,92€



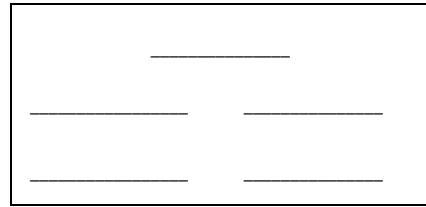
O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, começando por cumprimentar as Senhoras Vereadoras, o Senhor Vereador, os técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião e a todos os que iriam assistir através das redes sociais-----

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião-----

- 1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
- 2) Informação escrita sobre a atividade da câmara; -----
- 3) Proposta de ratificação da 31ª alteração orçamental que integra a 28ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; a 19ª alteração permutativa ao PPI e a 25ª alteração permutativa ao PAM; -----
- 4) Proposta de aprovação da 32ª alteração orçamental que integra a 4ª alteração permutativa ao Orçamento da Receita; a 29ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; a 26ª alteração permutativa ao PAM e a 20ª alteração permutativa ao PPI; ----
- 5) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Clube Alentejano dos Desportos "Os Vianenses"; -----
- 6) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Sport Clube Alcaçovense; -----
- 7) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Grupo Desportivo de Aguiar; -----
- 8) Proposta de emissão de licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas à Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas (AMART), para a realização do evento denominado "Convívio de Intercâmbio Cultural Alcáçovas/Pico"; -----
- 9) Proposta de emissão de licença para instalação e funcionamento de um Carrossel Infantil, no recinto da Feira D'Aires/2025, entre os dias 26 a 29 de setembro de 2025; --
- 10) Proposta de emissão de licença e isenção de pagamento de taxas à Associação Equestre de Viana do Alentejo para a realização de uma Garraiada no recinto da Feira D'Aires 2025, no dia 27 de setembro de 2025; -----
- 11) Proposta de emissão de licença e isenção do pagamento de taxas à Associação Equestre de Viana do Alentejo, para realização de uma Corrida de Touros, no recinto da Feira D'Aires/2025, no dia 28 de setembro de 2025; -----
- 12) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente, datado de 11 de setembro de 2025, que autorizou a interdição temporária do trânsito na Rua Capitães de Abril, em Alcáçovas, no âmbito da empreitada de reconstrução de um coletor de águas pluviais;-----
- 13) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente, datado de 11 de setembro de 2025, que autorizou a interdição temporária do trânsito na Rua Zeca Afonso, em Viana do Alentejo, entre os dias 11 e 13 de setembro de 2025, no âmbito de uma intervenção a realizar na referida via; -----



- 14) Proposta de deferimento de pedido de intervenção, no âmbito da “Oficina Domiciliária”, ao abrigo do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, apresentada por uma munícipe da freguesia de Alcáçovas; -----
- 15) Proposta de deferimento de pedido de intervenção, no âmbito da “Oficina Domiciliária”, ao abrigo do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, apresentada por uma munícipe da freguesia de Aguiar; -----
- 16) Proposta de deliberação sobre os trabalhos complementares referentes à Empreitada de Construção de Unidade de Saúde em Aguiar; -----
- 17) Proposta de deliberação sobre os trabalhos complementares referentes à Empreitada de Construção de Unidade de Saúde em Alcáçovas; -----
- 18) Proposta de aprovação da Adenda ao Contrato referente aos trabalhos complementares da Empreitadas de Construção das Unidades de Saúde de Aguiar e Alcáçovas; -----
- 19) Proposta de adjudicação, aprovação da minuta de contrato e formalidades subsequentes relativas ao procedimento para aquisição de um autocarro BLUECOACH ELECTRIC 9, ao abrigo do Lote 1.9 do Acordo Quadro para “Aquisição de autocarros e miniautocarros elétricos e de ciclo diesel” – CNCM-AQ/57/2022; -----
- 20) Proposta de adjudicação, aprovação da minuta de contrato e formalidades subsequentes relativas ao Procedimento Concursal, por Concurso Público, para a Empreitada de Construção do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Viana do Alentejo; -----
- 21) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente relativo à adjudicação à empresa ordenada em lugar subsequente, no âmbito do Concurso Público para Aluguer de Tendas, Stands e Outros Equipamentos Destinados aos Eventos Municipais a Realizar até Final do Ano 2025, no Concelho de Viana do Alentejo; -----
- 22) Proposta de aprovação do procedimento concursal, por Concurso Público, para a Empreitada de Reabilitação da Escola Básica de Aguiar; -----
- 23) Proposta de Utilização da Reserva de Recrutamento do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional da carreira e categoria de Assistente Operacional (Motorista de Transportes Coletivos); -----
- 24) Proposta de Utilização da Reserva de Recrutamento do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional da carreira e categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais na área da Educação); -----



25) Proposta de Utilização da Reserva de Recrutamento do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional da carreira e categoria de Assistente Operacional (Leitor Cobrador de Consumos);-----

26) Proposta de aprovação da 11ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 (ainda em vigor); -----

27) Proposta de atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar - Ano Letivo 2025/2026 (1º Ciclo do Ensino Básico); -----

28) Proposta de atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar - Ano Letivo 2025/2026 (Ensino Pré-Escolar); -----

29) Proposta de transferência de verba para a CIMAC, no âmbito do projeto “Alentejo Central Região + Inteligente (ACRI); -----

30) Proposta de transferência de verba para a CIMAC, no âmbito da disponibilização da Plataforma de Contratação Pública Vortal Vision para o período de 2024 a 2026;-----

31) Proposta de transferência de verba para a CIMAC, no âmbito do Projeto Intermunicipal da Gestão da Privacidade;-----

32) Proposta de transferência de verba para a CIMAC, no âmbito do projeto de Proteção de Dados e Cibersegurança, incluindo a disponibilização de Encarregado de Proteção de Dados;-----

33) Proposta de transferência de verba para a BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas; -----

34) Proposta de transferência de verba para a Associação Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado, ao abrigo do Protocolo de Colaboração entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação; -----

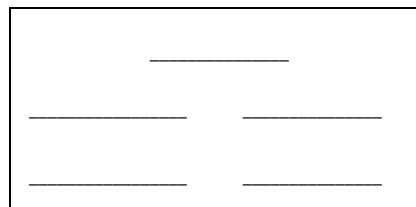
35) Proposta de apreciação do exercício do direito de reversão do Lote n.º 3 do Loteamento Municipal da Quinta do Marco; -----

Não se verificou a presença de público na sala.-----

Período Antes da Ordem do Dia: -----

Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período antes da ordem do dia. -----

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção prestando informações acerca do 22.º Grande Prémio de Atletismo Senhora d’Aires – Memorial Luís Filipe Branco, destacando o aumento do número de participantes na prova geral, em comparação com o ano anterior. Referiu que este crescimento se deve ao investimento realizado pelo Executivo, nomeadamente na atribuição de prémios monetários, tanto para participantes de fora do concelho como para os do próprio concelho. -----



Neste contexto, referiu que não podia deixar de felicitar o Clube de Atletismo de Viana do Alentejo, vencedor por equipas deste Grande Prémio. -----

Relativamente ao assunto das obras, informou que as mesmas decorriam dentro da normalidade e que, em princípio, seriam cumpridos os prazos previstos.-----

No que diz respeito à Feira d’Aires, salientou a existência de uma extensa lista de espera para expositores das áreas das atividades económicas, do artesanato, entre outras. Acrescentou que tal situação não era habitual, mas que, no presente ano, existiam interessados em lista de espera, para o caso de ocorrerem desistências e poderem ser chamados. -----

Referiu-se igualmente à questão da isenção do pagamento relativo aos divertimentos, conforme deliberado em reunião de Câmara, o que permitiu assegurar, ainda que com algum sacrifício, a instalação de uma pista de carros de choque. -----

Informou ainda que a área exterior da feira encontrava –se completamente preenchida por feirantes, prevendo-se a possibilidade de alguns ficarem de fora. Acrescentou que os mesmos já tinham começado a chegar e manifestou a sua convicção de que seria uma boa feira, embora as condições atmosféricas se apresentassem algo incertas. -----

Tendo em conta essa eventualidade, referiu que foi alargada a zona coberta destinada aos espetáculos, garantindo-se, assim, a sua realização, mesmo em caso de chuva. -----

Interveio, de seguida, a Senhora Vice-Presidente da Câmara, que apresentou um resumo da Semana Cultural de Viana do Alentejo, salientando a diversidade das iniciativas realizadas e a adesão do público, de acordo com diferentes interesses. Informou que a referida semana terminava no dia seguinte, estando previsto, para aquele dia, o espetáculo intitulado “Chocalhando”, a realizar no Cineteatro Vianense, e, no dia seguinte, a apresentação do livro “Fazer o Bem, Sem Olhar a Quem”, da Associação Humanitária de Viana do Alentejo, a cargo de Fátima Farrica e António Janeiro. -----

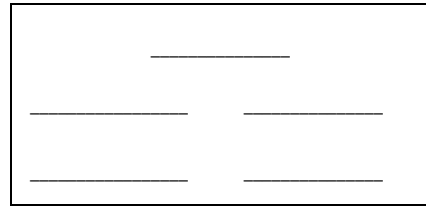
Para encerrar a Semana Cultural, teria lugar um concerto com a Banda Filarmónica Grupo União e Recreio Azajurense. A Senhora Vice-Presidente aproveitou ainda a ocasião para convidar os presentes a assistirem ao encerramento desta iniciativa. -----

Concluiu, referindo que, de um modo geral, as atividades decorreram bem, tendo-se verificado uma boa adesão por parte da população. -----

De seguida, usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, que lamentou, uma vez mais, que os documentos de suporte à reunião de Câmara não fossem disponibilizados com a devida antecedência, referindo tratar-se de uma situação recorrente e inaceitável.-----

Prosseguindo, recordou a questão dos peregrinos que não poderiam exercer o direito de voto, uma vez que o voto antecipado não é aplicável a esta situação, e referiu que o Senhor Presidente da Câmara tinha sugerido a criação de uma alternativa, pelo que questionou qual o ponto de situação deste assunto. -----

A Senhora Vereadora referiu ainda que, em determinados locais, nomeadamente na EBSIS – Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, se verifica a acumulação de



resíduos recicláveis, especialmente cartão, em grandes quantidades fora dos contentores, pelo que se torna necessária a implementação de uma solução alternativa para esta situação, bem como para outras semelhantes. -----

Acrescentou, igualmente, que a limpeza dos contentores de resíduos indiferenciados continua a revelar-se deficiente em vários locais. -----

O Senhor Presidente respondeu à Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, apresentando um pedido de desculpas pelo atraso no envio de alguns documentos, referindo que os serviços não estavam a funcionar como desejado. -----

Relativamente ao assunto dos peregrinos, informou que foram estabelecidos contactos com três grupos distintos. No entanto, a proposta não foi bem-recebida por um dos grupos, outro manifestou não ter interesse e o terceiro não apresentou qualquer resposta, verificando-se, assim, três situações diferentes. -----

Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente referiu que o grupo que não aceitou a proposta terá adotado uma postura irónica, o que não compreendeu, uma vez que a iniciativa consistia na disponibilização de um autocarro em Fátima, no dia das eleições, cerca das 13 horas, conforme é habitual. -----

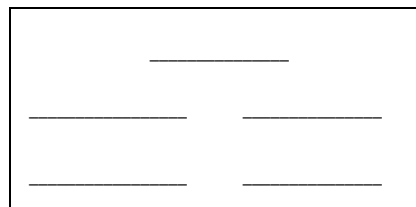
O percurso previsto incluía passagem por Alcáçovas, onde os peregrinos poderiam sair para exercer o direito de voto, seguindo depois por Viana e Aguiar, local onde o autocarro aguardaria pelos peregrinos, assegurando posteriormente o regresso. -----

O Senhor Presidente referiu que esta iniciativa constituía uma boa oportunidade para todos, não havendo qualquer exclusão de partidos políticos, uma vez que nem sequer tinha conhecimento da identidade das pessoas envolvidas. Salientou que a única intenção era facilitar a deslocação dos cidadãos para exercerem o seu direito de voto. -
Informou ainda que, de momento, se encontravam a aguardar a resposta do grupo que ainda não se tinha pronunciado, acrescentando que, em função do número de interessados, poderia ser disponibilizado um autocarro, ou, em alternativa, uma carrinha. -----

No que diz respeito aos resíduos recicláveis, referiu que tinha estado recentemente no local e que também tinha verificado essa situação. Salientou que, naquele local, é habitual a acumulação de resíduos, acrescentando que a única solução possível, dentro do prazo previsto para a remoção das ilhas ecológicas, seria a sua realocação para a entrada das localidades, onde existem sempre residentes nessas zonas. -----

Assim, foi ponderada a colocação dos equipamentos junto da Quinta da Joana, o que permitiria a resolução do problema. Reconheceu que poderá haver alguma reação por parte de quem prefere ter os contentores mais próximos das suas habitações, mas considerou que, nesse local, ficariam bem posicionados. -----

Acrescentou ainda que, caso as pessoas não pretendam deslocar-se até aos mesmos, terão sempre a alternativa de colocar os resíduos recicláveis à porta, nos dias da recolha porta-a-porta. -----



A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia interveio e questionou se esta situação não se deveria ao facto de a escola gerar uma maior quantidade de materiais recicláveis. O Senhor Presidente respondeu que não tinha essa certeza, referindo, contudo, que, quando tal situação ocorre, a escola solicita apoio à Câmara Municipal para a recolha dos resíduos recicláveis, situação que também já se verificou com o Intermarché e com o Continente (Meu Super).-----

No que respeita à questão da limpeza dos contentores de resíduos indiferenciados, o Senhor Presidente esclareceu que ainda não tinham sido todos limpos, tendo reforçado essa situação junto dos serviços. -----

Referiu, contudo, que, neste período, e tendo em conta os trabalhos de preparação para a Feira D'Aires, não havia pessoal suficiente, uma vez que alguns trabalhadores tinham sido afetos a essas tarefas. Ainda assim, já se tinha procedido à lavagem de alguns contentores, embora não ao ritmo que seria desejável. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente destacou que o ideal seria existir uma tabela com a periodicidade obrigatória para a limpeza dos contentores, evitando assim a necessidade de alertar os serviços para essa tarefa. -----

Reconheceu que o cheiro é desagradável e que muitas pessoas colocam o lixo diretamente nos contentores sem recurso a sacos de plástico. Acrescentou ainda que já tinha verificado alguns contentores com as tampas abertas, tendo procedido ao seu fecho, situação que contribui para o agravamento dos maus odores.-----

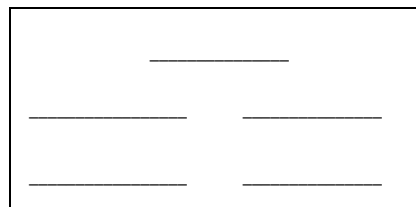
O Senhor Presidente referiu ainda que já tinha solicitado, por diversas vezes, aos trabalhadores que reportassem as irregularidades que fossem detetando. -----

A concluir, salientou que deveria haver maior atenção por parte da população no que respeita ao despejo de resíduos, o que, contudo, não invalida a necessidade de lavagem dos contentores.-----

De seguida, usou da palavra a Senhora Vereadora Rita Rafael, que começou por referir que tinham tido conhecimento de que a oficina do oleiro António José Lagarto, recentemente falecido, estava para venda. Salientou que se tratava de um espaço carregado de história da Olaria de Viana do Alentejo, cujas instalações incluíam os fornos e outros equipamentos da tradição oleira e que, na opinião das Senhoras Vereadoras do Partido Socialista, merecia, da parte do Município, uma intervenção urgente, de forma a preservar aquele espaço, para que, futuramente, possa vir a surgir ali, por exemplo, um núcleo museológico da olaria. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael referiu-se também à Semana Cultural em Viana do Alentejo, questionando se tinha havido muita adesão das pessoas às diversas iniciativas. Disse ainda que tinham ficado curiosas relativamente à inovação do drive-in (cinema ao ar livre) e à forma como o mesmo tinha decorrido, bem como se tinha havido muita adesão. -----

O Senhor Presidente respondeu, afirmando que a iniciativa drive-in (cinema ao ar livre) lamentavelmente não teve muita participação. Referiu que tinha estado presente e que



estariam, no máximo, dez carros, acrescentando que houve pessoas que tinham ido a pé, por não se terem apercebido do objetivo da iniciativa. -----

Disse que a iniciativa era bastante interessante, uma vez que era possível assistir dentro dos carros, com os vidros fechados, ouvindo-se na perfeição, e reforçou que a ideia era bastante interessante. Por outro lado, afirmou ter tido conhecimento de que algumas pessoas não se aperceberam da atividade, provavelmente porque a divulgação não foi eficaz. -----

Interveio a Senhora Vice-Presidente, afirmando que, talvez por se tratar de uma iniciativa nova, a mesma não tenha despertado o interesse das pessoas, acrescentando, no entanto, que seria intenção repetir a iniciativa, com outro tipo de divulgação. -----

Relativamente à questão da oficina do oleiro António José Lagarto, o Senhor Presidente referiu não ter conhecimento da situação, mas considerou tratar-se de um assunto de interesse, salientando que a parte mais recente não lhe suscitava interesse, ao contrário da outra, que possui uma carga histórica muito relevante. -----

Acrescentou que a situação teria de ser analisada, atendendo a que se encontra em desenvolvimento o Centro de Olaria e Cerâmica, cujo projeto está concluído e financiado, sendo sua intenção que, nesse Centro, venha a existir também um espaço de olaria onde se possa trabalhar, para além das salas de exposição.-----

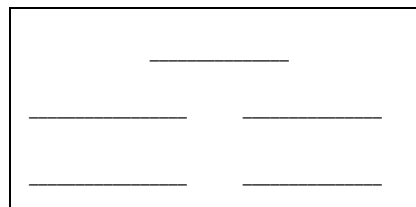
Interveio de seguida o Senhor Vereador António Costa da Silva, que cumprimentou todos os presentes e a todos os que iriam assistir àquela reunião. -----

Referiu que o mandato estava a chegar ao fim e que ainda estavam em tempo de proceder a um balanço. Acrescentou que, nos próximos dias, se iniciaria o período eleitoral propriamente dito, embora a campanha já se encontrasse em curso.-----

Sublinhou que o período eleitoral serviria para que os candidatos e as candidaturas apresentassem os seus programas, pelo que, naquela reunião, não se iria focar na maioria dos problemas ou na realização de balanços, deixando essa análise para a última reunião do mandato, na qual fará também a sua autoavaliação enquanto eleito. -----

Prosseguindo, fez alusão ao 22.º Prémio de Atletismo Senhora d'Aires – Memorial Luís Filipe Branco, considerando tratar-se de uma iniciativa importante, e salientou que, em determinada altura, não tinha sentido de forma negativa a alteração introduzida, desde que esta constituísse um atrativo para trazer pessoas a Viana do Alentejo, uma vez que Nossa Senhora d'Aires, por si só, já atrai um número significativo de visitantes. -----

Acrescentou que, no presente ano, se tinha verificado um aumento do número de participantes, ainda que apenas de dez, referindo que o Município tinha realizado um investimento global na ordem dos 5 000 euros. Neste sentido, observou que um investimento desta natureza, para um acréscimo tão reduzido de participantes, lhe parecia pouco significativo, não obstante reconhecer que os prémios eram interessantes. -----



Reforçou que a questão central que se colocava era que, tendo em conta o investimento em prémios, a iniciativa lhe parecia ter tido pouca adesão e reduzido impacto, o que lhe suscitava dúvidas quanto à sua classificação como um sucesso.-----

Acrescentou que conhecia diversos eventos desta natureza, muitos dos quais sem atribuição de prémios monetários, e ainda assim com centenas de participantes, sendo, em alguns casos, distribuídos apenas produtos simbólicos oferecidos por empresas locais, tais como azeite, vinho, queijos e enchidos, entre outros. Referiu ainda que ele próprio já tinha participado em eventos desta natureza, nomeadamente na Corrida da Páscoa, em Alcácer do Sal, que conta com centenas de participantes, ao contrário do que se verificou na presente iniciativa, que registou cerca de setenta participantes. ---- Acrescentou que, à semelhança do que sucede neste caso, a organização implica encargos para a Câmara Municipal, não sendo, contudo, atribuídos prémios, e que, ainda assim, este tipo de iniciativas tem um impacto muito significativo no dia em que se realizam. -----

Continuando a sua intervenção, referiu que estas iniciativas se realizavam em várias localidades, incluindo em terras de menor dimensão, contando ainda assim com bastante participação. -----

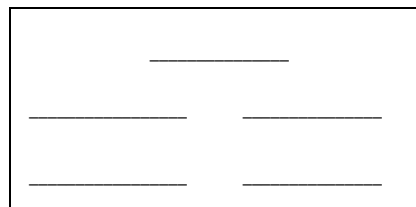
Tendo em conta a análise efetuada, sugeriu que se procedesse a uma autoavaliação, no sentido de se perceber se teria sido acertada a decisão de alterar a data, retirando a iniciativa do fim de semana da Feira D'Aires, uma vez que, quando integrada no evento, registava maior participação, estimada em cerca de duzentos participantes.-----

Assim, o Senhor Vereador António Costa da Silva observou que se deveria refletir sobre a data de realização do evento e avaliar se a atual se revela adequada, ou se seria preferível retomar a data anterior ou encontrar uma alternativa, tendo em consideração o calendário de provas desta natureza, uma vez que poderão existir algumas que suscitem maior interesse. -----

Neste contexto, recordou uma prova de alguma complexidade, organizada por um grupo de jovens de Alcáçovas, na qual participaram cerca de 300 pessoas, referindo que, para a definição da data dessa iniciativa, foi articulado com a empresa organizadora quais os momentos mais adequados, de forma a evitar a sobreposição com outros eventos. -----

A concluir este assunto, o Senhor Vereador António Costa da Silva deixou uma sugestão ao Executivo que viesse a suceder, no sentido de proceder à avaliação do investimento realizado e do período mais adequado para a realização da iniciativa, com o objetivo de garantir a sua continuidade. Salientou que, para além do trabalho inerente à sua organização, a iniciativa está associada à homenagem a uma pessoa que muito contribuiu para a sua concretização, tendo deixado saudade. -----

Referiu ainda que o importante será melhorar o que já existe, acrescentando que, tendo em conta o investimento efetuado, subsistem dúvidas quanto à adequação da atual data de realização.-----



Relativamente à Semana Cultural, afirmou ter tido uma participação reduzida, referindo, contudo, que estaria presente no dia seguinte, conforme previamente previsto, atendendo também a um compromisso assumido com os autores da obra, cuja concretização havia incentivado.-----

Acrescentou que não estranhava o facto de algumas iniciativas registarem maior participação do que outras, salientando que, quando se tratam de iniciativas novas, é natural que a adesão inicial seja mais reduzida. Neste sentido, sublinhou a importância de reforçar a comunicação dessas iniciativas, de modo a que o público compreenda o seu conteúdo, uma vez que, não o fazendo, poderá tender a não participar por considerar que as mesmas não se destinam ao seu interesse.-----

Neste contexto, o Senhor Vereador António Costa da Silva acrescentou que existem iniciativas que, quando devidamente explicadas e mesmo apresentando um maior grau de exigência, contam com a participação e apreciação do público. A este respeito, exemplificou com iniciativas de música erudita e outras integradas na programação da Semana Cultural de Alcáçovas, as quais foram bem acolhidas pelos participantes.-----

Relativamente à iniciativa “Drive-In”, referiu que, antes de mais, não apreciava a utilização de termos em língua inglesa, embora reconhecesse que, atualmente, se tornaram frequentes. Salientou, contudo, que, quando as pessoas se deparam com designações que não compreendem, tendem a não participar.-----

Na sua opinião, seria necessário explicar melhor o conteúdo da iniciativa e simplificar a linguagem utilizada na sua divulgação, de forma a torná-la mais acessível e direccionada ao público.-----

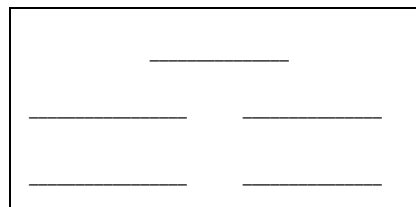
Prosseguindo, fez referência à Feira D’Aires, considerando tratar-se de um dos maiores eventos do concelho, marcado por uma forte devoção popular e religiosa, constituindo uma peregrinação com séculos de história.-----

Referiu que se tem vindo a verificar um decréscimo na participação da população neste tipo de eventos, sobretudo no domingo, reconhecendo, contudo, que existem razões que justificam essa situação.-----

Acrescentou ainda que todos os presentes se recordariam de um tempo em que a afluência era tal que as pessoas se acotovavam para conseguir assistir às atividades. -

Referiu ainda que a circulação de trânsito, anteriormente mais confusa, tinha registado melhorias, fruto da nova lógica de entradas e saídas. Salientou igualmente que a questão do estacionamento se encontrava mais organizada, sendo de enaltecer o contributo de entidades privadas neste domínio.-----

Não obstante estas melhorias, constatava-se alguma falta de movimento, destacando que, ao domingo, aparentava haver mais vendedores do que compradores. Manifestou, por isso, alguma admiração face à persistente procura por parte dos comerciantes, considerando, contudo, que tal constitui um sinal positivo, na medida em que indicia que, para estes, a participação continua a ser compensadora.-----



O Senhor Vereador sublinhou que seria importante que as pessoas aparecessem à Feira D'Aires, como acontecia com os milhares de pessoas que vinham de fora todos os anos em excursão à Feira D'Aires e esse movimento tinha de se recuperar, pois, a sua história e a sua valência como Património já justificavam muito bem esta participação. -----

Para este ano, desejava que tudo corresse bem, que as pessoas aparecessem e que houvesse divulgação do evento. -----

Continuando a sua intervenção, referiu-se às “famosas” lombas, tema que já tinha abordado anteriormente. Mencionou existirem configurações distintas no que respeita à sua dimensão e características, considerando que algumas apresentavam dimensões excessivas em comparação com outras, o que lhe causava estranheza. -----

Acrescentou existir uma queixa generalizada, com exceção dos munícipes cujas lombas se encontram junto às suas habitações, os quais valorizam o abrandamento do trânsito. Referiu ainda que já tinha reconhecido as virtudes das lombas, mas reiterou a inexistência de um padrão uniforme. Contudo, salientou a importância da existência de uma passadeira elevada junto ao restaurante Três Bicas, considerando tratar-se de um local perigoso, pelo que se justifica o abrandamento da velocidade. -----

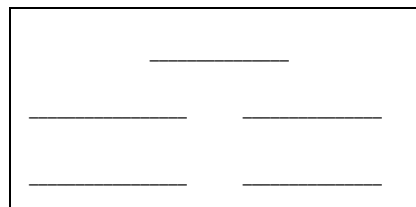
A concluir a sua intervenção, manifestou estranheza relativamente à proposta apresentada pelo Partido Socialista sobre a olaria de José Lagarto. Reconheceu as boas intenções subjacentes, admitindo, inclusive, que a mesma poderia constar do seu programa eleitoral; contudo, questionou qual seria a intenção concreta para aquele projeto. -----

Neste âmbito, recordou a forma severa e crítica com que o Partido Socialista se pronunciou relativamente à aquisição, por parte da Câmara, de um conjunto de equipamentos à Santa Casa da Misericórdia, transformando essa matéria num “campo de batalha”. Referiu ainda que, nesse contexto, se incluía a questão de um Centro Interpretativo, proposta apresentada pelo VIVA em campanha há quatro anos, e posteriormente aproveitada pelo Executivo, salientando que tal se insere numa lógica de dinâmica política, não vendo nisso qualquer inconveniente. -----

Referiu recordar as críticas efetuadas nas redes sociais por alguns elementos do Partido Socialista, que apontavam para o aumento de custos e de recursos humanos. Questionou, nesse sentido, se a proposta de aquisição da referida olaria implicaria encargos, bem como qual o objetivo subjacente à mesma, designadamente se passaria pela sua remodelação, pela demolição das estruturas existentes ou pela aquisição parcial do espaço. -----

Assim, considerou existir uma contradição, entendendo que a proposta não fazia sentido. -----

Referiu ainda que, caso existisse a possibilidade de reativar as antigas olarias e colocá-las novamente em funcionamento, tal seria de interesse. Considerou, contudo, que seria preferível a intervenção de privados na aquisição daquele espaço, assegurando a



continuidade do legado deixado por José Lagarto e pela sua família, o qual, sendo um património familiar, poderá desaparecer definitivamente. -----

Acrescentou que a criação de um Centro Interpretativo faria todo o sentido, designadamente para valorização do espólio da família Lagarto (oleiros e artesãos), sugerindo que os referidos equipamentos pudessem ser integrados no Centro Interpretativo de Viana do Alentejo. Alertou, por fim, que a sua não valorização poderá conduzir ao seu desperdício. -----

A propósito deste assunto, apresentou como exemplo o Museu do Azeite, em Oliveira do Hospital, referindo que o mesmo assenta numa coleção de espólio adquirida por um promotor privado, que conseguiu rentabilizar aquele espaço. -----

O Senhor Vereador salientou que a criação de um Centro Interpretativo, preferencialmente com financiamento, seria uma solução positiva, podendo assumir uma gestão privada, com cobrança de bilhetes, integração de serviços de restauração e promoção de iniciativas de cariz empreendedor, bem como a comercialização de produtos locais, designadamente azeite e outros produtos regionais. -----

Concluiu referindo que esta abordagem seria viável e relevante, devendo ser ponderada de forma a salvaguardar este legado. Esclareceu que não tecia críticas quanto à localização, ao investimento ou ao projeto junto ao restaurante Três Bicas, nem à proposta apresentada pelas Senhoras Vereadoras do Partido Socialista. -----

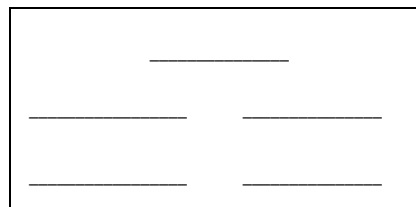
Considerou, contudo, existir uma contradição na postura do Partido Socialista, salientando que a proposta poderia fazer sentido caso a olaria e os projetos fossem pensados de forma integrada e caso Viana do Alentejo dispusesse de uma verdadeira dinâmica em torno de uma tradição que se encontra em declínio. -----

Referiu ainda que, na prática, subsiste apenas uma família ligada a esta atividade, sendo que um dos seus membros já tem idade avançada e apenas o filho mantém a atividade, não sendo também já jovem. Acrescentou que, à semelhança de outros locais, como São Pedro do Corval e Redondo, onde a olaria ainda apresenta grande vitalidade, seria necessária uma mudança significativa em Viana do Alentejo, para que a olaria voltasse a ter vida. -----

Referiu que esta mudança passaria por incentivar, formar e capacitar novos artesãos, bem como por investir no setor de forma consistente, reforçando que o ideal seria que estes espaços passassem para a esfera privada. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael respondeu ao Senhor Vereador António Costa da Silva, referindo que a questão por este levantada seria mais dirigida às Senhoras Vereadoras do que propriamente ao Senhor Presidente. Acrescentou que, na sua opinião, a comparação efetuada não fazia sentido, uma vez que, de um lado, se encontra um edifício em ruínas e, do outro, um espaço com tradição, que não se encontra no mesmo estado de degradação. -----

Referiu ainda que a olaria é um espaço com história e tradição, estando equipada com os meios necessários e podendo ser aproveitada para diversas finalidades. -----



O Senhor Vereador António Costa da Silva questionou qual era, de facto, a proposta apresentada. -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia respondeu que não apresentavam uma proposta concreta e que não eram contra a olaria, esclarecendo que a sua posição se prendia com a não aquisição de um edifício que consideravam sobreavaliado, o qual se encontra em estado de degradação, entendendo que o mesmo não terá sido corretamente avaliado. -----

Voltou a intervir o Senhor Vereador António Costa da Silva, afirmando que as Senhoras Vereadoras tinham referido um espaço que se encontra à venda e que a Câmara poderia adquirir, tal como aconteceu com a antiga taberna. Acrescentou que, em alternativa, poderia surgir alguém interessado em adquirir o imóvel para o demolir. -----

Salientou que, na qualidade de responsáveis políticos, os eleitos devem tomar decisões concretas, por ser essa a sua função perante os munícipes que os elegeram. -----

Em sua opinião, não seria negativo apresentar uma proposta de aquisição do espaço, podendo o mesmo ser posteriormente alienado. Referiu ainda que a Câmara dispõe do projeto para o Centro Interpretativo, o qual poderia ser adaptado a esse contexto. -----

Acrescentou não saber se a proposta seria dispendiosa ou não, reiterando não ser contra a posição das Senhoras Vereadoras, defendendo, contudo, que o assunto deveria ser devidamente discutido. -----

Interveio de seguida a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia informou que não tinham muitos dados acerca do assunto, o que não gostariam era que aquilo fosse adquirido por alguém que o demolisse. -----

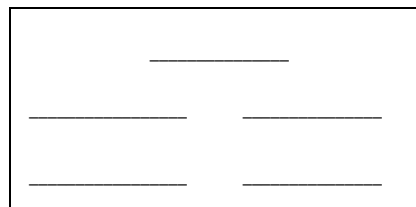
O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu que há quatro anos a preocupação do VIVA era a inexistência de uma “casa de José Lagarto para venda”, existindo, na altura, uma proposta para a sua concretização. Acrescentou que a CDU a desenvolveu e a enquadrou naquele local, considerando que quem exerce funções de liderança tem essa legitimidade. -----

Referiu, contudo, que nada impede que as soluções sejam repensadas face à evolução dos tempos, sendo essa a reflexão que gostaria de ouvir, e não contradições, como a questão da alegada sobreavaliação do imóvel, matéria sobre a qual afirmou não ter conhecimento suficiente para se pronunciar. -----

Relativamente ao edifício adquirido pela Câmara, referiu tratar-se de um espaço com potencial de aproveitamento, designadamente para construção a custos controlados destinados a jovens, permitindo a recuperação das casas e dos quintais existentes. -----

Acrescentou que a sua reabilitação para fins habitacionais, a preços controlados, poderia contribuir para a redução dos valores de mercado, constituindo uma resposta às necessidades habitacionais. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, que começou por responder ao assunto do Grande Prémio de Atletismo, referindo que se verificou um aumento de cerca de catorze a dezasseis participantes, não considerando tratar-se de um aumento significativo.



Ainda assim, salientou que o mais relevante é que esse crescimento seja contínuo, como tem vindo a acontecer. -----

Referiu que o investimento efetuado não deve ser analisado apenas no ano em curso, uma vez que, sendo a iniciativa atrativa, terá reflexos nos anos seguintes, designadamente através da divulgação feita pelos participantes premiados. -----

Acrescentou que uma iniciativa não se esgota num único ano, independentemente da sua natureza, e que no próximo ano, qualquer que seja a força política no Executivo, se perspetiva um aumento de participantes, seja nesta data ou noutra.-----

Ainda sobre este assunto, destacou que o seu Executivo retomou a realização desta iniciativa no período pós-COVID, referindo que, nesse ano, após dois anos de interregno, a prova contou com cerca de 24 a 25 participantes. No ano seguinte, registaram-se aproximadamente 47 participantes, no ano anterior 54 e, no ano em curso, 70, números que, no seu entendimento, evidenciam um crescimento sustentado da prova. -----

Reconheceu, contudo, que a secção de Infantis tem vindo a registar uma diminuição de participantes, situação que, segundo referiu, já se verificava em anos anteriores, de acordo com a avaliação efetuada.-----

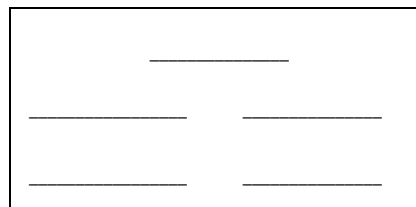
Neste âmbito, referiu que concluíram ser necessária uma renovação da iniciativa, com a introdução de algumas inovações dirigidas aos participantes mais jovens. Salientou que a componente principal da prova tem vindo a registar um aumento do número de participantes, pelo que considerou pertinente reforçar a sua divulgação. -----

O Senhor Presidente acrescentou que o Concelho enfrenta constrangimentos ao nível da restauração, referindo que a escassez de estabelecimentos não permite reter os participantes por mais tempo, nomeadamente para a realização de refeições. -----

Referiu que esta situação não depende diretamente da Câmara, uma vez que, independentemente das medidas adotadas, o aumento do número de participantes, por exemplo, de 70 para 140, tenderá a agravar as limitações existentes, dado não haver capacidade suficiente ao nível da restauração para dar resposta à procura. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interrompeu, questionando se, no recinto da Feira D'Aires, não existiria também essa possibilidade, ao que o Senhor Presidente respondeu afirmativamente. Esclareceu, contudo, que a receita gerada não permanece no Concelho, referindo que, nos últimos anos, apenas a Casa do Benfica e dois particulares têm participado no evento, sendo os restantes provenientes de fora do Concelho, uma vez que os restaurantes da vila não consideram compensatória a deslocação para o Santuário.-----

Relativamente às datas da Prova de Atletismo, referiu que não procederá a alterações significativas face às datas atuais ou anteriores. Acrescentou que a Associação de Atletismo considera que a prova se realiza demasiado cedo, tendo em conta o intervalo das férias, sendo que os treinos apenas retomam no início de setembro. -----



O Senhor Presidente salientou ainda que a alteração da data para uma semana mais tarde não teria impacto significativo em termos de tempo disponível para a preparação dos treinos. -----

Afirmou que continua a acreditar nesta prova e que a defenderá “com unhas e dentes”, considerando, contudo, que deverão ser introduzidas alterações e melhorias. Manifestou ainda satisfação pelo aumento do número de participantes, referindo que o investimento realizado é relevante, embora não significativo face à dimensão que se pretende que a iniciativa venha a alcançar, à semelhança do que já sucedeu no passado. Continuando a sua intervenção, referiu que a participação dos voluntários na vila foi de grande importância, pelo apoio prestado aos participantes. Acrescentou ter recebido felicitações pela organização da prova, destacando que o percurso se encontrava bem definido, o que evitou eventuais enganos. -----

Salientou que a prova decorreu de forma muito positiva, não se tendo registado acidentes, tendo apenas um participante evidenciado sinais de cansaço, o que o levou a interromper a corrida. -----

Interveio a Senhora Vice-Presidente que, relativamente ao assunto da corrida, referiu que, possivelmente, será necessário envolver a escola, sensibilizando para a participação das crianças. -----

Interveio a Senhora Vereadora Rita Rafael, que acrescentou a importância de envolver também os clubes de futebol. -----

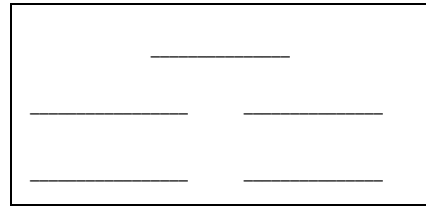
O Senhor Presidente da Câmara retomou a sua intervenção, manifestando a sua concordância com as propostas apresentadas. -----

Quanto às observações do Senhor Vereador António Costa da Silva relativamente à Feira D’Aires, referiu que este era, de facto, o maior evento do Concelho e que acreditava que, nos últimos anos, possa ter havido alguma quebra no número de visitantes, o que considerou normal neste tipo de iniciativas. Ainda assim, considerou que essa diminuição não seria assim tão significativa, uma vez que a feira se encontrava atualmente mais ampla, com uma configuração e organização diferentes. Dessa forma, a concentração anteriormente verificada no centro deixou de existir. Assim, embora possa ter ocorrido uma diminuição de visitantes, esta não será tão evidente quanto aparenta. -----

Prosseguindo, referiu que a feira estava melhor com aquela disposição, sendo preferível a perceção de menor afluência, mas com melhores condições de circulação para os visitantes. -----

Recordou que, no período em que exerceu funções como Animador Cultural na Câmara, há cerca de 25 ou 30 anos, chegou a registar a presença de cinquenta e seis autocarros. Referiu ainda que, atualmente, essa realidade já não se verifica, nem nesta feira nem em outras, em resultado das mudanças ocorridas ao longo do tempo. -----

Acrescentou que, atualmente, já não existiam feiras francas com estas dimensões na região, tendo muitas delas já terminado. -----



Referiu também que tem havido um trabalho de adaptação da Câmara às exigências dos feirantes, uma vez que estes apresentam atualmente diversas necessidades, como, por exemplo, no caso dos divertimentos, relativamente aos quais foi necessário proceder à isenção do pagamento de taxas, de forma a incentivar a sua participação. Acrescentou que outras Câmaras optam por suportar despesas como o gasóleo ou a eletricidade, entre outras, situação à qual este Município ainda não chegou, mas reconheceu existir a necessidade de adaptação. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e, relativamente à Prova de Atletismo, corrigiu o número de voluntários participantes, referindo que não tinham sido 20, mas sim 100. Deixou ainda um agradecimento a todos pela colaboração e apoio na iniciativa. O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a observação da Senhora Vereadora, no sentido de corrigir o número de voluntários. -----

Quanto ao assunto das lombas, referiu que, efetivamente, se tinha verificado um desfasamento em duas lombas, tema já abordado na última reunião: uma ficou abaixo da altura prevista e outra acima do valor normal. As restantes encontram-se dentro dos parâmetros estabelecidos, uma vez que, de acordo com a legislação, estas devem ter até 10 cm, podendo, em algumas zonas urbanas, atingir os 12 cm. Relativamente à lomba situada junto ao restaurante Três Bicas, referiu que deveria ter cerca de 17 cm, o que se deveu a uma falha da empresa, tal como sucedeu com a lomba que ficou mais baixa. -----

O problema foi, entretanto, resolvido –disse. -----

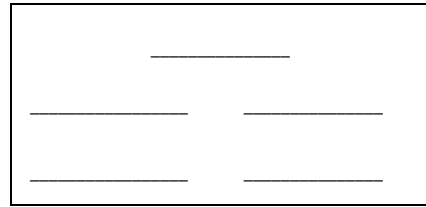
Ainda sobre o mesmo assunto, o Senhor Presidente explicou que, com a passagem dos veículos, as lombas tendem a baixar e que a lomba situada junto ao restaurante Três Bicas, após correção, ficou com 10 cm, prevendo-se que, com a contínua circulação de veículos, possa vir a reduzir para cerca de 8 ou 9 cm. -----

Referiu ainda que este trabalho foi acompanhado por trabalhadores da Câmara no início da execução, não tendo os mesmos permanecido até à conclusão dos trabalhos. -----

Relativamente a este desfasamento, referiu que a situação foi aborrecida, uma vez que as lombas atingiram uma altura considerável, tendo o próprio constatado esse facto com a sua viatura. -----

Ainda assim, afirmou não aceitar as alegações de que algumas pessoas teriam danificado os veículos ao passar nas lombas, considerando que, a ter ocorrido, tal se terá devido sobretudo à velocidade a que circulavam. No entanto, admitiu como credível a possibilidade de os veículos rasparem na parte inferior. -----

Referiu que a finalidade das lombas é garantir a segurança, obrigando à redução da velocidade no interior das localidades. Acrescentou que, não sendo esse cuidado adotado de forma generalizada, torna-se necessário implementar este tipo de medidas. Informou ainda que existem mais cinco pedidos para instalação de lombas, os quais terão de ser analisados, sendo necessário aguardar para avaliar os resultados das que foram recentemente instaladas. -----



Prosseguindo a sua intervenção, referiu que, frequentemente, as pessoas solicitam a instalação de lombas junto às suas residências, mas não manifestam a mesma disponibilidade para a sua colocação noutras zonas, pelo que considerou necessário haver maior bom senso por parte da população.-----

Relativamente ao edifício adquirido pela Câmara à Santa Casa da Misericórdia, e que suscitou divergência de opiniões entre o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras, afirmou que não se iria pronunciar sobre essa matéria. Ainda assim, quanto à questão de uma eventual sobreavaliação, esclareceu que foram realizadas duas avaliações por entidades distintas, sendo que uma delas apresentou um valor ligeiramente superior ao montante pelo qual a Câmara efetuou a aquisição. Acrescentou que, para quem possui experiência na área, o valor pago não foi excessivo, atendendo à dimensão do imóvel. - Ainda assim, salientou que o seu objetivo inicial não era a construção do Centro Interpretativo de Olaria e Cerâmica, mas sim apoiar a Santa Casa da Misericórdia, que se encontrava numa situação de défice significativo. Referiu que, por esse motivo, a Câmara não poderia deixar de prestar apoio à instituição, tendo sido necessário encontrar uma forma de disponibilizar verba para esse efeito.-----

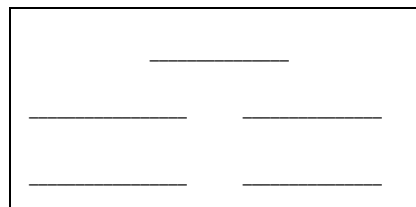
Na sua opinião, a Câmara investiu naquele espaço com o intuito de apoiar a referida instituição, o que considerou adequado, confirmando-se, simultaneamente, a intenção do Executivo de desenvolver um projeto para o local, tendo sido assegurado um financiamento de 800 mil euros para esse efeito.-----

Referiu ainda que as construções existentes foram demolidas, uma vez que as fachadas apresentavam risco de derrocada para a via pública. O espaço será transformado num jardim e num parque de estacionamento, permitindo desimpedir a zona envolvente, estando igualmente prevista a instalação de um Centro Interpretativo de Olaria e Cerâmica.-----

Relativamente à proposta de aquisição da olaria de José Lagarto, referiu que a verba disponível encontrava -se destinada ao investimento no outro espaço, pelo que não tinha a certeza de que o projeto pudesse ser alterado, conforme mencionado pelo Senhor Vereador António Costa da Silva, uma vez que já existiam candidaturas e projetos elaborados.-----

Acrescentou, contudo, que tal solução representaria apenas uma parte do projeto, uma vez que a criação do jardim e do parque de estacionamento não seria viável noutra local. O Senhor Presidente salientou que o edifício já adquirido apresenta um elevado potencial para a criação de um jardim, mediante o aproveitamento e a requalificação das estruturas existentes, de modo a cumprir os requisitos legais de abertura ao público. Referiu ainda que a restante área do imóvel dispõe de espaço significativo, possibilitando inclusivamente a eventual construção de lotes a preços controlados. ----

Na sua perspetiva, tratou-se de um investimento muito positivo, manifestando particular satisfação pelo facto de ter contribuído para o apoio à Santa Casa da Misericórdia. -----



Voltou a intervir o Senhor Vereador António Costa da Silva, referindo que, de facto, o projeto se encontrava candidatado, com projetos de arquitetura elaborados e em fase avançada, bem como com os respetivos custos associados. No entanto, do ponto de vista técnico, seria possível não prosseguir com um projeto e avançar com outro, uma vez que se tratam de verbas contratualizadas no âmbito da ITI – Alentejo 2030, sendo admissível a reprogramação para outros projetos. -----

Acrescentou, contudo, que se trata de uma opção política, a qual deve ser ponderada e tomada em qualquer momento.-----

Terminadas as intervenções, entrou na Ordem de Trabalhos:

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata em minuta, no final da reunião. -----

Ponto dois) Informação escrita sobre a atividade da câmara – A Câmara tomou conhecimento da Atividade da Câmara no período compreendido entre 8 e 21 de setembro de 2025:-----

Dia 08 de setembro, a convite da CIMAC, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, e a secretária do Gabinete de Apoio à Vereação, Vanda Tiago, estiveram presentes na reunião de arranque do projeto e submissão da candidatura REAGE +, realizada no Palácio D. Manuel, em Évora. -----

Dia 09 de setembro, a convite do executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, e a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, estiveram presentes nas celebrações oficiais da sessão evocativa do 52.º aniversário da 1ª reunião dos Capitães de Abril, que se realizou no Monte do Sobral. -----

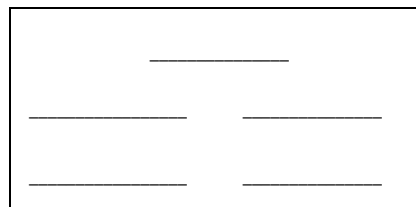
No mesmo dia, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, esteve presente na 1ª reunião de Pais e Encarregados de Educação do ano letivo 2025/2026, realizada na EB1 de Aguiar. -----

Dia 10 de setembro, a chefe da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, Helena Torrão, esteve presente na 1ª reunião de Pais e Encarregados de Educação do ano letivo 2025/2026, realizada na escola de Alcáçovas. -----

Dia 11 de setembro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, na delegação da Câmara, em Alcáçovas. O presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, no edifício dos Paços do Concelho. -----

Dia 12 de setembro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, esteve presente na abertura do ano letivo 2025/2026, na receção aos alunos e encarregados de educação, na Escola de Alcáçovas. -----

No mesmo dia, a convite do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo e da Equipa do CLDS5G Rumo Certo – Terras Dentro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, esteve presente na abertura do ano letivo 2025/2026, na receção aos alunos e encarregados de educação, em Viana do Alentejo. -----



Dia 16 de setembro, o presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, esteve presente na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMAC, realizada em Évora. -----

Dia 18 de setembro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, na delegação da Câmara, em Alcáçovas. O presidente da Câmara, Luis Miguel Duarte, procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, no edifício dos Paços do Concelho.-----

Dias 19, 20 e 21 de setembro, o executivo da câmara, esteve presente nas diversas iniciativas integradas no programa da Semana Cultural de Viana do Alentejo. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Gertrudes, que chamou a atenção para uma correção ao documento, alertando para o facto de também ela ter estado presente nas celebrações oficiais da sessão evocativa do 52.º aniversário da 1.ª reunião dos Capitães de Abril, realizada no Monte do Sobral, facto que não constava da informação. -----

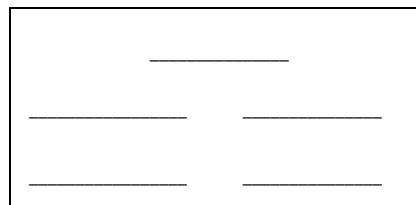
O Senhor Presidente solicitou a devida correção ao documento. -----

Ponto três) Proposta de ratificação da 31ª alteração orçamental que integra a 28ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; a 19ª alteração permutativa ao PPI e a 25ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais- Com dois votos favoráveis e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a Câmara ratificou, por maioria, a 31ª alteração orçamental que integra a 28ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; a 19ª alteração permutativa ao PPI e a 25ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais. -----

Ponto quatro) Proposta de aprovação da 32ª alteração orçamental que integra a 4ª alteração permutativa ao Orçamento da Receita; a 29ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; a 26ª alteração permutativa ao PAM e a 20ª alteração permutativa ao PPI - Com dois votos favoráveis e três abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva, a Câmara deliberou aprovar, por maioria, a 32ª alteração orçamental que integra a 4ª alteração permutativa ao Orçamento da Receita; a 29ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; a 26ª alteração permutativa ao Plano de Atividades Municipais e a 20ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Ponto cinco) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Clube Alentejano dos Desportos “Os Vianenses”- A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Clube Alentejano dos Desportos “Os Vianenses” para o ano de 2025-26, num total de 8.500,00€, pagos nos seguintes termos: -----

- a) 01/10/2025, o montante de 2,500.00€ -----
- b) 02/01/2026, o montante de 2,000.00€ -----



c) 03/04/2026, o montante de 2.000,00€ -----

d) 01/06/2026, o montante de 1.000,00€ -----

e) 01/08/2026, o montante de 1.000,00€ -----

Ponto seis) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Sport Clube Alcaçovense - A Câmara

deliberou aprovar, por unanimidade, Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Sport Clube Alcaçovense, para o ano de 2025-26, num total de 73.500,00€, pagos nos seguintes termos: -----

a) 01/10/2025, o montante de 20.000,00€; -----

b) 03/01/2026, o montante de 9.000,00€; -----

c) 03/02/2026, o montante de 9.700,00€; -----

d) 02/03/2026, o montante de 11.600,00€; -----

e) 02/04/2026, o montante de 11.600,00€; -----

f) 02/05/2026, o montante de 11.600,00€ -----

Ponto sete) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Grupo Desportivo de Aguiar- A Câmara

deliberou aprovar, por unanimidade, Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município e o Grupo Desportivo de Aguiar, para o ano de 2025-26, num total de 37.500,00€, pagos nos seguintes termos: -----

a) 01/10/2025, o montante de 10.000,00€; -----

b) 03/01/2026, o montante de 6.000,00€ -----

c) 03/02/2026, o montante de 5.000,00€ -----

d) 02/03/2026, o montante de 5.000,00€ -----

e) 02/04/2026, o montante de 5.000,00€ -----

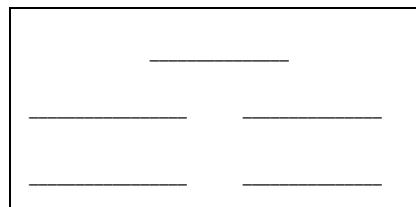
f) 02/05/2026, o montante de 6.500,00€ -----

Ponto oito) Proposta de emissão de licença especial de ruído e isenção do pagamento de taxas à Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas (AMART), para a realização do evento denominado "Convívio de Intercâmbio Cultural Alcáçovas/Pico"

O Senhor Presidente interveio e alertou para o facto de que, onde se lê "emissão", deverá ler-se "ratificação". Feita a observação, a Câmara ratificou, por unanimidade, o despacho do Senhor Presidente de 9 de setembro de 2025, que autorizou a emissão de licença especial de ruído em nome da Associação Musical de Artes e Tradições de Alcáçovas (AMART), para o evento denominado "Convívio de Intercâmbio Cultural Alcáçovas/Pico", no jardim público de Alcáçovas, a realizar entre as 13h00 e as 00h00 do dia 21/09/2025. -----

Ponto nove) Proposta de emissão de licença para instalação e funcionamento de um Carrossel Infantil, no recinto da Feira D'Aires/2025, entre os dias 26 a 29 de setembro de 2025 - A Câmara

deliberou aprovar, por unanimidade, a emissão de licença e isenção de pagamento de taxas à Associação Equestre de Viana do Alentejo para a realização de uma Garraiada no recinto da Feira D'Aires 2025, no dia 27 de setembro de 2025. -----



Ponto dez) Proposta de emissão de licença e isenção de pagamento de taxas à Associação Equestre de Viana do Alentejo para a realização de uma Garraiada no recinto da Feira D'Aires 2025, no dia 27 de setembro de 2025- A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a emissão de licença e isenção de pagamento de taxas à Associação Equestre de Viana do Alentejo, para a realização de uma Garraiada no recinto da Feira D'Aires 2025, no dia 27 de setembro de 2025.-----

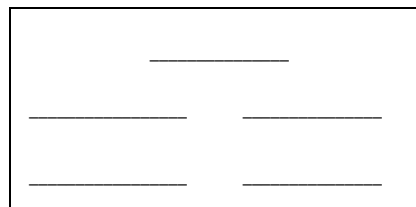
Ponto onze) Proposta de emissão de licença e isenção do pagamento taxas à Associação Equestre de Viana do Alentejo, para realização de uma Corrida de Touros, no recinto da Feira D'Aires/2025, no dia 28 de setembro de 2025 - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a emissão de licença e isenção de pagamento de taxas à Associação Equestre de Viana do Alentejo para a realização de uma Corrida de Touros, no recinto da Feira D'Aires/2025, no dia 28 de setembro de 2025.-----

Ponto doze) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente, datado de 11 de setembro de 2025, que autorizou a interdição temporária do trânsito na Rua Capitães de Abril, em Alcáçovas, no âmbito da empreitada de reconstrução de um coletor de águas pluviais - A Câmara deliberou ratificar, por unanimidade, o despacho do Senhor Presidente, datado de 11 de setembro de 2025, que autorizou a interdição temporária do trânsito na Rua Capitães de Abril, em Alcáçovas, no âmbito da empreitada de reconstrução de um coletor de águas pluviais.-----

Ponto treze) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente, datado de 11 de setembro de 2025, que autorizou a interdição temporária do trânsito na Rua Zeca Afonso, em Viana do Alentejo, entre os dias 11 e 13 de setembro de 2025, no âmbito de uma intervenção a realizar na referida via - A Câmara deliberou ratificar, por unanimidade, despacho do Senhor Presidente, datado de 11 de setembro de 2025, que autorizou a interdição temporária do trânsito na Rua Zeca Afonso, em Viana do Alentejo, entre os dias 11 e 13 de setembro de 2025, no âmbito de uma intervenção a realizada na referida via.-----

Ponto catorze) Proposta de deferimento de pedido de intervenção, no âmbito da "Oficina Domiciliária", ao abrigo do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, apresentada por uma munícipe da freguesia de Alcáçovas - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, nos termos do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, o pedido de intervenção no âmbito da "Oficina Domiciliária", apresentado pela munícipe da freguesia de Alcáçovas, Ana Arcadinho Banha, titular do Cartão n.º 65, para o fornecimento de uma porta em alumínio lacado na cor branca, incluindo assentamento e todos os acabamentos, no valor de 1.000,00 € (mil euros)-----

Ponto quinze) Proposta de deferimento de pedido de intervenção, no âmbito da "Oficina Domiciliária", ao abrigo do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, apresentada por uma



município da freguesia de Aguiar - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, de acordo com o previsto no artigo 11º do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, o pedido de intervenção, no âmbito da “Oficina Domiciliária”, apresentado pela munícipe da freguesia de Aguiar, Catarina Maria Gaio Tirapicos Rebocho, titular do Cartão nº 423, para fornecimento de teto falso em PVC branco e respetiva montagem, no valor de 793,35€ (setecentos e noventa e três euros e trinta e cinco cêntimos). -----

Ponto dezasseis) Proposta de deliberação sobre os trabalhos complementares referentes à Empreitada de Construção de Unidade de Saúde em Aguiar - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a autorização da execução dos trabalhos complementares referentes à empreitada de construção da Unidade de Saúde em Aguiar, no montante de 58.670,00 € (cinquenta e oito mil seiscentos e setenta euros), acrescido de IVA. -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia interveio e questionou a razão pela qual, tratando-se de um projeto recente, tais equipamentos não foram incluídos inicialmente no projeto. Neste contexto, lembrou a obra da EBSIS e as críticas dirigidas ao anterior Executivo relativamente aos trabalhos a mais que foram necessários, devido a um desfasamento entre o projeto de execução e a realidade da obra, bem como ao aumento significativo dos preços dos materiais. -----

Acrescentou que, no presente caso, tratando-se igualmente de um projeto recente, já se verificava a existência de cerca de 30% do valor total da obra em trabalhos complementares. -----

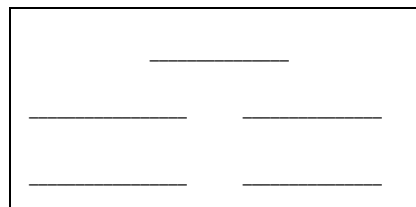
Referiu ainda que a questão colocada se aplicava também aos pontos seguintes. -----

O Senhor Presidente respondeu que é praticamente impossível executar qualquer obra sem a existência de trabalhos complementares, acrescentando que a obra da EBSIS constituiu um caso mais significativo, uma vez que teve início com um orçamento de 1.200.000,00 € (um milhão e duzentos mil euros), tendo posteriormente passado para 1.700.000,00 € (um milhão e setecentos mil euros) e, no final, atingido o valor de 3.600.000,00 € (três milhões e seiscentos mil euros). -----

Reforçou que existe sempre algum desfasamento entre aquilo que é projetado pelos arquitetos e as condições reais existentes no local. -----

Ponto dezassete) Proposta de deliberação sobre os trabalhos complementares referentes à Empreitada de Construção de Unidade de Saúde em Alcáçovas- A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, autorizar a execução dos trabalhos complementares referentes à Empreitada de Construção de Unidade de Saúde em Alcáçovas, no montante de 59 328,25 € (cinquenta e nove mil trezentos e vinte e oito euros e vinte e cinco cêntimos), acrescido de IVA. -----

Ponto dezoito) Proposta de aprovação da Adenda ao Contrato referente aos trabalhos complementares da Empreitadas de Construção das Unidades de Construção de Saúde de Aguiar e Alcáçovas - A câmara deliberou aprovar a Adenda ao Contrato referente aos



trabalhos complementares da Empreitadas de Construção das Unidades de Construção de Saúde de Aguiar e Alcáçovas, no montante de 117.998,25€ (cento e dezassete mil novecentos e noventa e oito euros e vinte e cinco cêntimos), acrescido de IVA. -----

Ponto dezanove) Proposta de adjudicação, aprovação da minuta de contrato e formalidades subsequentes relativas ao procedimento para aquisição de um autocarro BLUECOACH ELECTRIC 9, ao abrigo do Lote 1.9 do Acordo Quadro para “Aquisição de autocarros e miniautocarros elétricos e de ciclo diesel” – CNCM-AQ/57/2022 - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de

adjudicação, aprovação da minuta de contrato e formalidades subsequentes relativas ao procedimento para aquisição de um autocarro BLUECOACH ELECTRIC 9, ao abrigo do Lote 1.9 do Acordo Quadro para “Aquisição de autocarros e miniautocarros elétricos e de ciclo diesel” – CNCM-AQ/57/2022. -----

Ponto vinte) Proposta de adjudicação, aprovação da minuta de contrato e formalidades subsequentes relativas ao Procedimento Concursal, por Concurso Público, para a Empreitada de Construção do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Viana do Alentejo- A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a

Empreitada de Construção do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Viana do Alentejo, à INOVBUILD CONSTRUÇÃO, Lda, pelo montante de 1.823.042,81€ (Um milhão, oitocentos e vinte e três mil, quarenta e dois euros e oitenta e um cêntimos), acrescido de IVA, tendo sido aprovados o Relatório de Análise e Minuta do Contrato. ---

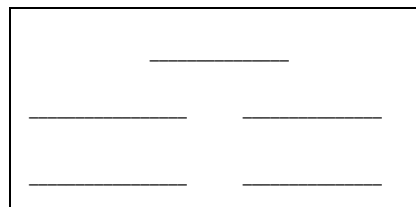
Ponto vinte e um) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente relativo à adjudicação à empresa ordenada em lugar subsequente, no âmbito do Concurso Público para Aluguer de Tendas, Stands e Outros Equipamentos Destinados aos Eventos Municipais a Realizar até Final do Ano 2025, no Concelho de Viana do Alentejo

O Senhor Presidente interveio, questionando se o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras tinham analisado o parecer jurídico e se pretendiam colocar alguma questão sobre o assunto. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente submeteu o ponto a votação. -----

A Câmara deliberou ratificar, por maioria, com dois votos favoráveis (incluindo o voto de qualidade do Senhor Presidente), dois votos contra, das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael, e uma abstenção do Senhor Vereador António Costa da Silva, o despacho do Senhor Presidente relativo à adjudicação à empresa classificada em posição subsequente, no âmbito do Concurso Público para Aluguer de Tendas, Stands e Outros Equipamentos destinados aos eventos municipais a realizar até ao final do ano de 2025, no Concelho de Viana do Alentejo. -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, em representação das Vereadoras do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: -----



Declaração de voto: -----

1) *Este procedimento traduz- se numa confusão de tal ordem, que é praticamente impossível elencar todos os erros que o mesmo contém, motivados pela falta de suporte legal das decisões tomadas pelo presidente, no âmbito do mesmo;*

2) *Recorda- se que a 04/06/2025, foi submetida à câmara a proposta de ratificação de um despacho do Sr. Presidente, despacho esse datado de 30/05, relativo à adjudicação do aluguer das tendas para os eventos a decorrer até final de 2025, no qual consta o evento " romaria a cavalo", quando este já tinha ocorrido em abril;*

3) *Por deficiente organização temporal do procedimento em causa, o presidente viu- se obrigado a resolver o assunto da tenda para a romaria a cavalo, à margem da Lei, ou seja, como não havia tempo para efetuar a adjudicação do aluguer das tendas, por via do concurso a decorrer,*

fez um ajuste direto apenas para o aluguer da tenda da romaria;

4) *É importante referir que estamos a falar de um concurso público com publicidade internacional, cujo objeto era o aluguer das tendas para os eventos a decorrer no ano de 2025; tendo o presidente adulterado o objeto desse contrato, subtraindo-lhe o evento " Romaria a Cavalo", sem fundamento legal que o permita ;*

5) *Seguiram- se outras iniciativas municipais, nas quais foram utilizadas tendas adjudicadas por despacho do presidente, sem que o processo tivesse retornado à Câmara;*

6) *Lamentavelmente, só decorridos cerca de 3 meses, é solicitada a ratificação do tal despacho do presidente;*

7) *Consideramos que ao abrigo deste procedimento, ferido de inúmeras ilegalidades, foram efetuados pagamentos relativos entretanto utilizadas nos eventos, os quais consideramos indevidos;*

8) *Consideramos, assim, não nos devermos associar a uma deliberação de ratificação que valide procedimentos ilegais.*

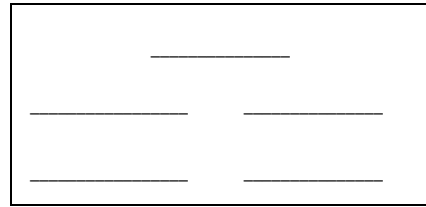
Intervio de seguida o Senhor Vereador António Costa da Silva que apresentam uma declaração de voto que se reproduz:-----

De facto, este processo é rocambolesco, está cheio de situações extremamente confusas. Roça muito aspetos que foram referidos há pouco de questões pouco legais, ou pouco claras, pouco transparentes.

A minha sustentação para abstenção foi com base, ainda assim, no parecer jurídico que é apresentado, que não é totalmente claro, na minha opinião, mas que dá cobertura ao processo. Confiando que os juristas fazem um bom trabalho, ainda que na minha leitura não esteja bem construído, tomo esta posição.

Ponto vinte e dois) Proposta de aprovação do Procedimento Concursal , por Concurso Público, para a Empreitada de Reabilitação da Escola Básica de Aguiar - A Câmara

deliberou aprovar, por unanimidade, o procedimento concursal, por concurso público, para a empreitada de reabilitação da Escola Básica de Aguiar, tendo a mesma sido



adjudicada à empresa Nortins Engenharia, Lda., pelo valor de 333.057,82 € (trezentos e trinta e três mil e cinquenta e sete euros e oitenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante total de 353.041,29 € (trezentos e cinquenta e três mil e quarenta e um euros e vinte e nove cêntimos). -----

Ponto vinte e três) Proposta de Utilização da Reserva de Recrutamento do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional da carreira e categoria de Assistente Operacional (Motorista de Transportes Coletivos)-

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a Proposta de Utilização da Reserva de Recrutamento do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional da carreira e categoria de Assistente Operacional (Motorista de Transportes Coletivos) -

Ponto vinte e quatro) Proposta de Utilização da Reserva de Recrutamento do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional da carreira e categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais na área da Educação)

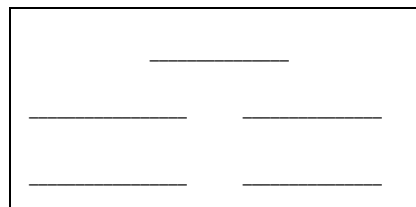
A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade Proposta de Utilização da Reserva de Recrutamento do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional da carreira e categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais na área da Educação) -----

Ponto vinte e cinco) Proposta de Utilização da Reserva de Recrutamento do Procedimento Concursal Comum para Constituição de Relação Jurídica de emprego em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional da carreira e categoria de Assistente Operacional (Leitor Cobrador de Consumos) –

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e questionou qual era o ponto de situação naquele momento, designadamente se já tinha decorrido o prazo de audiência prévia e se era legal deliberar sobre um posto de trabalho que ainda se encontrava preenchido, cujo desfecho poderá determinar a respetiva vacatura, ainda desconhecida. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva usou da palavra e referiu que partilhava das mesmas dúvidas da Senhora Vereadora Rita Rafael, pelo que gostaria que o assunto fosse devidamente esclarecido.-----

O Senhor Presidente solicitou a presença do Chefe do Divisão de Gestão de Recursos, Dr. Mário Grave, para que prestasse os esclarecimentos necessários sobre a situação em causa. -----



O Senhor Presidente esclareceu ainda que, caso a decisão a tomar pela Câmara viesse a ser favorável, a mesma ficaria condicionada à vacatura do lugar. Acrescentou que a trabalhadora que ocupava aquele posto de trabalho tinha concorrido a um lugar na Câmara Municipal, sendo a única candidata ao procedimento, uma vez que os restantes concorrentes tinham desistido. -----

Referiu igualmente que era importante tomar aquela decisão, visto que, quando o lugar vagasse, a bolsa de recrutamento já não se encontraria em vigor, o que implicaria a abertura de um novo procedimento concursal e a apresentação de novas candidaturas. Acrescentou ainda que se tratava de um posto de trabalho de leitor-cobrador de água. Interveio novamente a Senhora Vereadora Rita Rafael, afirmando que tinham consciência dessa situação, mas que a questão fundamental consistia em saber se o procedimento era legal, atendendo a que se encontrava a decorrer o período de audiência prévia. -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia interveio igualmente, referindo que a reserva de recrutamento terminava na sexta-feira, e questionou qual a data prevista para o termo da audiência prévia. -----

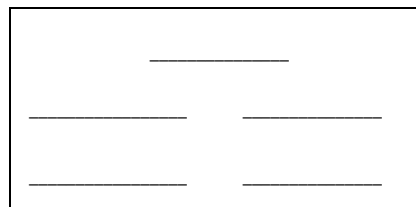
O Senhor Presidente respondeu que desconhecia a data de conclusão da audiência prévia, acrescentando, contudo, que a situação seria esclarecida pelo Chefe de Divisão. Salientou ainda que, caso o lugar não viesse a vagar, a decisão que viesse a ser tomada naquela reunião ficaria sem efeito, uma vez que se encontrava condicionada à respetiva vacatura. -----

Voltou a intervir a Senhora Vereadora Rita Rafael, questionando o Chefe de Divisão acerca do assunto em discussão, com especial incidência sobre a data final do período de audiência prévia, por considerar imprescindível esse esclarecimento para fundamentar legalmente a deliberação, atendendo a que se estava a deliberar sobre um posto de trabalho que ainda se encontrava preenchido, situação que poderia não ser legal. -----

O Chefe de Divisão, Dr. Mário Grave, respondeu que não sabia a data exata. -----
A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia interveio e referiu que ainda não era conhecido o resultado da audiência prévia, podendo inclusivamente surgir impedimentos. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva afirmou que nada tinha contra o processo em causa, mas questionou se seria possível tomar aquela decisão, ainda que condicionada, sabendo que o período de audiência prévia se encontrava em curso. -----

O Chefe de Divisão esclareceu que, após confirmação da informação junto dos Recursos Humanos, se tornava necessário corrigir um dado anteriormente transmitido. -----
Informou que a lista de ordenação final seria enviada naquele dia, por correio, a todos os concorrentes, pelo que o período de audiência prévia apenas teria início no dia seguinte. Assim, concluiu que não seria possível proceder à votação daquele assunto na presente reunião. -----



Após os esclarecimentos prestados, concluiu-se que o ponto não reunia condições para ser votado, pelo que foi sugerida a sua retirada da Ordem de Trabalhos.-----

Ponto vinte seis) Proposta de aprovação da 11ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 (ainda em vigor) – O Senhor Presidente referiu que o documento continha a indicação

de todos os postos de trabalho e que se encontrava em conformidade com o que havia sido anteriormente discutido, salientando ainda que o mesmo previa inclusivamente uma diminuição de custos.-----

Submetido a votação, a Câmara deliberou aprovar, por maioria, com três votos favoráveis e duas abstenções das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael, a 11.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor. -----

Ponto vinte e sete) Proposta de atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar - Ano Letivo 2025/2026 (1º Ciclo do Ensino Básico)- Por unanimidade, a Câmara

deliberou aprovar a atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar – Ano Letivo 2025/2026 aos seguintes alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico: -----

Freguesia de Aguiar: -----

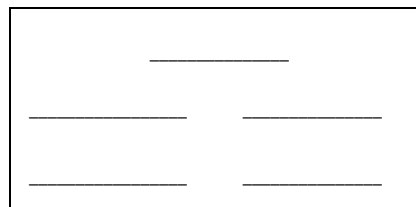
- Benedita Bibes Fadista, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo);
- Teresa Bibes Fadista, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo); --
- Miguel Arthur da Silva Peixoto, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo); -----
- Sofia Gabrielly da Silva Peixoto, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo);-----
- Matilde Fialho Valente, escalão de auxílio económico A (refeições e visitas de estudo);-
- Francisco Maria Malacueco Pão Mole, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo);-----
- Matilde Fialho Valente, escalão de auxílio económico A (refeições e visitas de estudo);
- Francisco Maria Malacueco Pão Mole, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo).-----

Freguesia de Alcáçovas:

- Maria Luisa Berbecki, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo);
- Vicente de Sousa Padeirinha, escalão de auxílio económico A (refeições e visitas de estudo);-----
- Alice Ferreira Ribeiro, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo);-
- Lucas Alexandre Serafim Maurício, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo);-----

Freguesia de Viana do Alentejo:

- Lucas Alves Silva, escalão de auxílio económico A (refeições e visitas de estudo); -----
- Nicole Isabel Magoito Galvão, escalão de auxílio económico A (refeições e visitas de estudo);-----
- Carlota Pereira Patinha, escalão de auxílio económico A (refeições e visitas de estudo);



- Leonor Paulino Viegas, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo);
- Diego Alexandre Chavango Garcia, escalão de auxílio económico A (refeições e visitas de estudo);-----
- Yasmin Filipa Chavango Garcia, escalão de auxílio económico A (refeições e visitas de estudo);-----
- Martim Filipe Chavango Garcia, escalão de auxílio económico A (refeições e visitas de estudo);-----
- Karolina Silva Vaqueiro, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo)
- Diogo Manuel Fernandes Lima, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo);-----
- Salvador Pereira Pinto Grilo, escalão de auxílio económico A (refeições e visitas de estudo);-----
- Leonor Farinho Vieira, escalão de auxílio económico B (refeições e visitas de estudo);

Ponto vinte e oito) Proposta de atribuição de subsídios no âmbito da Ação Social Escolar - Ano Letivo 2025/2026 (Ensino Pré-Escolar) - Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a atribuição de subsídios, no âmbito da Ação Social Escolar – Ano Letivo 2025/2026 aos seguintes alunos do Ensino Pré-Escolar: -----

Freguesia de Alcáçovas: -----

- Alexandre Martins Silvestre, escalão de auxílio económico NEE (almoços);-----
- Helena Rafaelli Berbeki, escalão de auxílio económico B (almoços);-----
- Mateus Ramiro Flores, escalão de auxílio económico A (almoços); -----

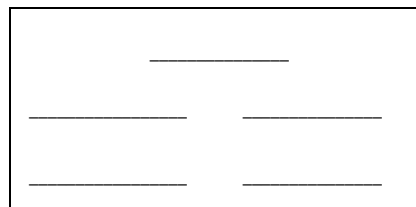
Freguesia de Viana do Alentejo: -----

- Guiomar Pinto Duarte, escalão de auxílio económico B (almoços); -----
- Benedita Pinto Grilo, escalão de auxílio económico A (almoços);-----

Ponto vinte e nove) Proposta de transferência de verba para a CIMAC, no âmbito do projeto “Alentejo Central Região + Inteligente (ACRI) - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a CIMAC, no âmbito do projeto “Alentejo Central Região + Inteligente (ACRI), no valor de 707,14€, (setecentos e sete euros e catorze cêntimos) acrescido de IVA, referente ao ano de 2024. -----

Ponto trinta) Proposta de transferência de verba para a CIMAC, no âmbito da disponibilização da Plataforma de Contratação Pública Vortal Vision para o período de 2024 a 2026 - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a CIMAC, no âmbito da disponibilização da Plataforma de Contratação Pública Vortal Vision para o período de 2024 a 2026, no valor de 1 360,25 € (mil trezentos e sessenta euros e vinte e cinco cêntimos) acrescido de IVA.-----

Ponto trinta e um) Proposta de transferência de verba para a CIMAC, no âmbito do Projeto Intermunicipal da Gestão da Privacidade - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a CIMAC, no âmbito do Projeto Intermunicipal da Gestão da Privacidade, no valor de 11 017,76 € (onze mil e dezassete euros e setenta e seis cêntimos), acrescido de IVA.-----



Ponto trinta e dois) Proposta de transferência de verba para a CIMAC, no âmbito do projeto de Proteção de Dados e Cibersegurança, incluindo a disponibilização de Encarregado de Proteção de Dados

- A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a CIMAC, no âmbito do projeto de Proteção de Dados e Cibersegurança, incluindo a disponibilização de Encarregado de Proteção de Dados, no valor de 5 374,17 € (cinco mil trezentos e setenta e quatro euros e dezassete cêntimos), acrescido de IVA. -----

Ponto trinta e três) Proposta de transferência de verba para a BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

- A câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, no valor 300€ (trezentos euros). -----

Ponto trinta e quatro) Proposta de transferência de verba para a Associação Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado, ao abrigo do Protocolo de Colaboração entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação

- Na ausência do Senhor Vereador António Costa da Silva, por se encontrar impedido, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Associação Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado, ao abrigo do Protocolo de Colaboração entre o Município de Viana do Alentejo e a Associação, no valor de e 2.454,50€ (dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e cinquenta cêntimos).-----

Ponto trinta e cinco) Proposta de apreciação do exercício do direito de reversão do Lote n.º 3 do Loteamento Municipal da Quinta do Marco

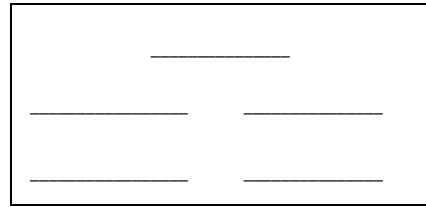
– A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia interveio e referiu que a proposta indicava que o assunto era apenas para apreciação e não para deliberação. -----

Acrescentou que o assunto teria de ser objeto de uma proposta apresentada pelo Executivo, devidamente fundamentada, uma vez que era o Executivo que dispunha dos Técnicos e do Departamento Jurídico competentes para o efeito, de modo a permitir a tomada de uma deliberação. -----

O Senhor Presidente respondeu que o Executivo estava a propor o “não exercício do direito de reversão”.-----

Voltou a intervir a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, afirmando que a proposta apenas mencionava a “apreciação do exercício do direito de reversão”, não existindo qualquer proposta concreta para votação. -----

Interveio o Senhor Presidente, esclarecendo que não tinha sido possível concluir o processo em tempo útil e que o regulamento era bastante explícito ao estabelecer que, não sendo cumprido o prazo previsto, o requerente ficava obrigado à reversão do lote. Acrescentou que, no presente caso, uma vez que os interessados mantinham o interesse no procedimento, teriam de voltar a dirigir-se à Câmara Municipal para solicitar autorização para a sua continuidade. -----



Esclareceu ainda que a autorização em causa correspondia, neste caso, ao não exercício do direito de reversão. Caso a Câmara deliberasse exercer esse direito, o lote reverteria a favor do Município, ficando os interessados sem o mesmo. -----

Tendo em conta que o assunto continuava a suscitar dúvidas, foi solicitada a presença do Chefe da Divisão de Gestão de Recursos. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael e a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia reforçaram que o assunto em discussão não continha uma proposta concreta para deliberação. Acrescentaram que não estavam presentes para dificultar qualquer procedimento, sendo antes sua intenção contribuir para a sua resolução, mas que teria de existir uma proposta objetiva e devidamente formulada sobre a qual pudesse recair deliberação. -----

O Chefe de Divisão explicou que a proposta tinha sido elaborada naquela forma com o objetivo de promover a discussão e permitir perceber o que poderia ser feito relativamente ao assunto em causa. -----

Salientou que, de acordo com o regulamento, os prazos estabelecidos tinham de ser cumpridos, informando ainda que os requerentes se tinham deslocado à Câmara Municipal e reunido consigo, expondo a situação, a qual vieram posteriormente a formalizar através de correio eletrónico. Acrescentou que, nos termos do regulamento, o entendimento técnico seria no sentido de a Câmara exercer o direito de reversão, uma vez que os requerentes não cumpriram os prazos previstos para a entrega dos documentos necessários ao pedido de licenciamento.-----

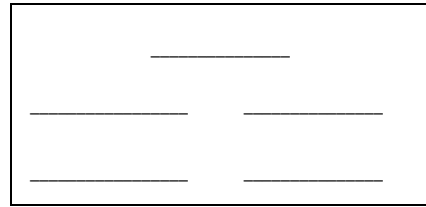
O Chefe de Divisão referiu ainda que o assunto apelava à sensibilidade dos Senhores Vereadores, razão pela qual tinha sido apresentado daquela forma, para apreciação e discussão em reunião de Câmara.-----

Acrescentou que, de acordo com a decisão que viesse a ser tomada em reunião, seria posteriormente elaborada uma proposta em conformidade com o sentido dessa decisão.-----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia manifestou o seu receio quanto à possibilidade de estar a ser cometida alguma ilegalidade, esclarecendo que a sua intenção era deliberar sobre o assunto, mas com o devido fundamento legal. -----

O Senhor Presidente voltou a referir que a proposta consistia no “não exercício do direito de reversão”, cabendo ao Senhor Vereador e às Senhoras Vereadoras manifestarem a respetiva posição sobre o assunto. -----

Interveio o Senhor Vereador António Costa da Silva, afirmando que a questão era simples e que bastava perceber se existia base legal para que pudesse ser tomada uma deliberação sobre o assunto, uma vez que os membros do órgão deveriam sentir-se seguros quanto à legalidade da decisão. Acrescentou ainda que a proposta já deveria ter sido apresentada formalmente para deliberação ou, em alternativa, que o órgão reunido deliberasse expressamente nesse sentido.-----



O Chefe de Divisão respondeu que existia um artigo que fazia referência às dúvidas suscitadas, sobre as quais a Câmara poderia decidir, considerando que a situação talvez tivesse de ser fundamentada com base nesse normativo. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael referiu que seria conveniente aprofundar melhor aquela situação. -----

O Dr. Mário Grave, Chefe de Divisão, acrescentou que, em sua opinião, do ponto de vista técnico, os prazos se encontravam claramente definidos no regulamento.-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu que, independentemente dos prazos, poderia existir a possibilidade de os requerentes apresentarem uma justificação, podendo a proposta ser ratificada na reunião seguinte, de modo a garantir o cumprimento dos prazos, desde que essa justificação assegurasse o enquadramento legal da situação ao abrigo do artigo aplicável. -----

O Chefe de Divisão referiu que neste caso, deveria haver uma opinião jurídica e não apenas a dele, enquanto técnico. -----

Mantendo-se dúvidas acerca do processo em questão, o Senhor Presidente sugeriu a solicitação de um parecer jurídico para melhor compreensão do assunto, propondo que o documento, posteriormente, seja novamente enviado para apreciação da Câmara. ---

Terminada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezassete horas e quinze minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade.-----

Eu,

subscrevi.

O Presidente,

_____	_____
_____	_____

Os Vereadores